

Hákillia Pricyla de Jesus Souza
(Organizadora)



POLÍTICAS E PRÁTICAS

EM SAÚDE E ENFERMAGEM

2


Atena
Editora
Ano 2021

Hákillia Pricyla de Jesus Souza
(Organizadora)



POLÍTICAS E PRÁTICAS

EM SAÚDE E ENFERMAGEM

2


Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^o Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Prof^o Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^o Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^o Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^o Dr^a Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Prof^o Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^o Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^o Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof^o Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^o Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^o Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^o Dr^a Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Prof^o Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco



Políticas e práticas em saúde e enfermagem 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Hákillia Pricyla de Jesus Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas e práticas em saúde e enfermagem 2 /
Organizadora Hákillia Pricyla de Jesus Souza. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-780-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.809211612>

1. Enfermagem. 2. Saúde. I. Souza, Hákillia Pricyla de
Jesus (Organizadora). II. Título.

CDD 610.73

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que apresentamos a coleção “Políticas e Práticas em Saúde e Enfermagem”, uma obra dividida em três volumes que têm como objetivo principal desvelar discussões científicas sobre as diversas interfaces de atuação do profissional enfermeiro. Os conteúdos dos volumes perpassam por trabalhos de pesquisas originais, relatos de experiências e revisões da literatura, que foram desenvolvidos em instituições nacionais e internacionais na área de saúde.

O advento da pandemia pela COVID 19 trouxe mais visibilidade e valorização à profissão de Enfermagem, responsável pelo cuidado com vistas às múltiplas dimensões do ser humano. Sabe-se que a Enfermagem deve ter a capacidade de planejar uma assistência baseada em evidências, fundamentada em políticas e práticas que evidenciem seu protagonismo frente às transformações exigidas pela Saúde Pública.

Nesta obra, o primeiro volume traz estudos relacionados ao desenvolvimento da prática de enfermagem em diferentes unidades hospitalares, destacando a importância do trabalho em equipe desde o período pré-natal até a saúde do idoso, além da assistência aos cuidados paliativos. No segundo volume, os artigos associam-se aos fatores psicossociais e políticos envolvidos na atuação do enfermeiro, além daqueles direcionados à liderança e à prática docente. No terceiro volume, são apresentados estudos que demonstram a atuação da enfermagem na Saúde Pública, nestes incluídos os cuidados às famílias e as comunidades.

Ao decorrer de toda a obra “Políticas e Práticas em Saúde e Enfermagem”, é notório observar que os trabalhos envolvem a atuação da Enfermagem de forma holística, com práticas integrativas e complementares para alcançar o bem-estar do paciente, o uso de métodos não farmacológicos de alívio da dor, além de ações de educação em saúde, com enfoque na humanização do cuidado. Desta forma, firma-se o compromisso da Enfermagem como ciência, e ressalta-se a relevância da divulgação desses estudos, para que os mesmos possam servir de base para a prática dos profissionais, na prevenção de doenças, promoção e reabilitação da saúde. Nesse sentido, a Atena Editora oferece a estrutura de uma plataforma solidificada e segura para que os pesquisadores possam expor e divulgar seus resultados.


Hákilla Pricyla de Jesus Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ATUAÇÃO DA ENFERMEIRA FRENTE À CRIANÇA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL


Sheila de Almeida Pinheiro
Giovana Calcagno Gomes
Carolina Domingues Hirsch

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8092116121>

CAPÍTULO 2..... 14

ACEITABILIDADE DA VACINA E NÍVEL DE CONHECIMENTO DO PAPILOMAVÍRUS HUMANO (HPV) EM ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO EM MANHUAÇU, MINAS GERAIS, BRASIL

Perla Paloma Pires Pimentel do Carmo
Luiz Carlos de Abreu
Ítalla Maria Pinheiro Bezerra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8092116122>

CAPÍTULO 3..... 22

ANÁLISE DOS FATORES BIOPSISSOCIAIS DO ABSENTEÍSMO NA ENFERMAGEM


Sérgio Gomes de Miranda
Katiulcy Carvalho Oliveira
Luciene Apolinário de Araújo
Gabriela Eiras Ortoni
Kárita Mayara Socorro Lopes da Silva
Nayara Barbosa Ferreira
Lara Tavares Santiago Borges
Thais Almeida Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8092116123>

CAPÍTULO 4..... 44

LA REALIDAD DEL PROFESOR UNIVERSITARIO ANTE LA PRESENCIA DEL SÍNDROME DE BURNOUT


Erika Mayte Del Ángel Salazar
Anayeli Nájera Capitanachi
Brenda Miranda Sánchez Sánchez
Nazaría Martínez Díaz
Mireya Cruz Ruíz
David Zepeta Hernández

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8092116124>

CAPÍTULO 5..... 53

ASSISTÊNCIA HUMANIZADA AO IDOSO POR INTERMÉDIO DA ENFERMAGEM


Bruna Felipe Oliveira
Gleisiane Silva Anselmo
Rodrigo Marques da Silva
Leila Batista Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8092116125>

CAPÍTULO 6..... 62

CARACTERÍSTICAS DO ACOLHIMENTO NOTURNO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL III EM MANAUS-AM


Jesiel Lemos Brandão
Miqueias Menezes Ruiz
Raissa Alencar da Silveira
Renilza Ferreira Barros
Rocicleya Gonçalves da Silva
Andréia Silvana Costa e Costa
Loren Rebeca Anselmo do Nascimento
Silvana Nunes Figueiredo
Leslie Bezerra Monteiro
Linda Karolinne Rodrigues Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8092116126>

CAPÍTULO 7..... 74

COMPORTAMENTO PREVENTIVO DAS MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO FRENTE ÀS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS


Ana Carolina Assis Ferreira
Bruna Kuster Gomes Abdala
Talyene Rocha Moreira Araújo Coelho
Flávia Andrade Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8092116127>

CAPÍTULO 8..... 89

EFFECTIVIDADE DA GESTÃO DE CASOS EM ENFERMAGEM NOS RESULTADOS EM SAÚDE DAS POPULAÇÕES: UMA REVISÃO DE LITERATURA


Paulo Jorge Marcos Cruchinho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8092116128>

CAPÍTULO 9..... 100

ESCALA COMPARTILHADA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA


Fagner Alfredo Ardisson Cirino Campos
Fabio Biasotto Feitosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8092116129>

CAPÍTULO 10..... 109

FORMAÇÃO E PRÁTICA DO DOCENTE DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM OBSTÉTRICA

Bruna de Souza Francisco
Vânia Marli Schubert Backes
Jouhanna do Carmo Menegaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80921161210>


CAPÍTULO 11..... 124

O CONTEXTO NACIONAL E EUROPEU DA ENFERMAGEM DE SAÚDE PÚBLICA

Carmen Maria dos Santos Lopes Monteiro da Cunha

Andreia Cátia Jorge Silva Costa

Maria Adriana Pereira Henriques


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80921161211>

CAPÍTULO 12..... 137

O PAPEL DA LIDERANÇA DE ENFERMAGEM COMO MOTOR DO PROGRESSO DA PROFISSÃO

Carlos Manuel Nieves Rodriguez

David Gómez Santos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80921161212>

CAPÍTULO 13..... 148

PERCEPÇÃO DAS MULHERES HOMOAFETIVAS ACERCA DO ATENDIMENTO EM SAÚDE DA MULHER NO SUS

Carina Silva Nunes

Janifer Prestes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80921161213>


CAPÍTULO 14..... 161

PERFIL DOS PORTADORES DE HIV/AIDS DA REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA/RJ: UMA REFLEXÃO SOBRE PROMOÇÃO À SAÚDE E PREVENÇÃO DA DOENÇA

Thiago de Oliveira Silveira

Reynaldo de Jesus Oliveira Junior

Sheila Rodrigues Dias Filgueiras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80921161214>

CAPÍTULO 15..... 167

PERFIL SOCIO EPIDEMIOLÓGICO DE LOS CANDIDATOS A LA DONACIÓN DE SANGRE EN UN CENTRO DE SANGRE DE LA REGIÓN NORDESTE DE BRASIL

Weber de Santana Teles

Ana Carolyne da Silva Santos

Pâmela Carvalho de Oliveira

Ruth Cristini Torres

Max Cruz da Silva

Alejandra Debbo

Paulo Celso Curvelo Santos Junior


Marcel Vinícius Cunha Azevedo

Ana Fátima Souza Melo de Andrade

Maria Hozana Santos Silva

Ângela Maria Melo Sá Barros

Taíssa Alice Soledade Calasans

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.80921161215>

CAPÍTULO 16.....	181
RELAÇÃO DO LETRAMENTO EM SAÚDE COM O AUTOCUIDADO DE PESSOAS QUE VIVEM COM HIV: REVISÃO INTEGRATIVA	
Mônica Alice Santos da Silva	
Ana Beatriz Alves de Lima	
Dhayanne Alves Veloso Silva	
Lays Miranda da Silva Cabral	
Aline Agnes de Souza Cipriano	
Thaís de Souza Maia	
Sara Rodrigues Cordeiro da Silva	
Cynthia Angélica Ramos de Oliveira Dourado	
Morgana Cristina Leôncio de Lima	
Clarissa Mourão Pinho	
Maria Sandra Andrade	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.80921161216	
CAPÍTULO 17.....	194
SUORTE SOCIAL PERCEBIDO POR MULHERES COM PROBLEMAS DE SAÚDE: ESTUDO EM UM SETOR DE GINECOLOGIA	
Joyce Ferreira Reis	
Franciéle Marabottti Costa Leite	
Ranielle de Paula Silva	
Maria Luiza Cunha Santos	
Karina Fardim Fiorotti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.80921161217	
CAPÍTULO 18.....	206
TRABALHO DA ENFERMAGEM NA PRESERVAÇÃO DE VESTÍGIOS	
Júlio Cezar Martins de Mello	
Michele Kikuko Issobe	
Paulo Murilo de Paiva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.80921161218	
CAPÍTULO 19.....	210
USO DE PRESERVATIVO E A VULNERABILIDADE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS ÀS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS – PERSPECTIVA DE GÊNERO	
Thelma Spindola	
Catarina Valentim Vieira da Motta	
Barbara Galvão dos Santos Soares	
Paula Costa de Moraes	
Vinicius Fernandes Rodrigues da Fonte	
Hugo de Andrade Peixoto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.80921161219	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	225
ÍNDICE REMISSIVO.....	226

CAPÍTULO 1

A ATUAÇÃO DA ENFERMEIRA FRENTE À CRIANÇA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Data de aceite: 01/12/2021

Sheila de Almeida Pinheiro

Universidade Federal do Rio Grande – FURG,
Escola de Enfermagem – RS
<http://lattes.cnpq.br/3613126413655435>

Giovana Calcagno Gomes

Universidade Federal do Rio Grande – FURG,
Escola de Enfermagem – RS
<http://lattes.cnpq.br/7147409587976637>

Carolina Domingues Hirsch

Universidade Federal do Rio Grande – FURG,
Escola de Enfermagem – RS
SENAC - Rio Grande, RS. Curso Técnico de
Enfermagem
<http://lattes.cnpq.br/4766854448147158>

RESUMO: O estudo objetivou conhecer a produção científica acerca da atuação da enfermeira frente à criança vítima de violência sexual. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura embasada em sete artigos científicos de revistas identificados a partir das bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino – Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE) e SCOPUS. Todas as bases de dados localizadas na Biblioteca Virtual em Saúde, disponível no sistema BIREME. Os artigos captados foram caracterizados e os dados foram analisados pela técnica de Análise Temática. Obteve-se dados acerca da atuação da enfermeira como membro

da equipe multiprofissional, da notificação dos casos suspeitos ou confirmados de violência sexual contra crianças, da abordagem da criança vítima de violência sexual e da família. Concluiu-se que a violência sexual contra a criança é um fenômeno complexo presente em nossa sociedade. A enfermeira possui papel importante na detecção dos casos suspeitos e confirmados, sendo capaz de atuar junto à vítima e à família, sendo necessário para tal, conhecer a legislação vigente de proteção à criança, participar da elaboração de políticas públicas específicas e de protocolos assistenciais de atuação profissional nos vários serviços de cuidado à criança.

PALAVRAS-CHAVE: Criança; Violência sexual; Abuso Sexual na Criança; Enfermagem.

THE PERFORMANCE OF THE NURSE AGAINST CHILDREN VICTIM OF SEXUAL VIOLENCE

ABSTRACT: The study aimed to understand the scientific production about the role of nurses in relation to children against children victim of sexual violence. An integrative literature review was carried out based on seven scientific articles identified from the Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), Database of Nursing (BDENF), Online Medical Literature Search and Analysis System (MEDLINE) and SCOPUS. All data bases was located in the Virtual Health Library, available in the BIREME system. The captured articles were characterized and the data were analyzed using the Thematic Analysis technique. Data were obtained about

the role of the nurse as a member of the multidisciplinary team, the notification of suspected or confirmed cases of sexual violence against children, the approach to the child victim of sexual violence and to the family. It was concluded that sexual violence against children is a complex phenomenon present in our society. The nurse has an important role in the detection of suspected and confirmed cases, being able to work with the victim and the family. For this, it is necessary to know the current legislation for the protection of the child, participate in the elaboration of specific public policies and care protocols. professional performance in the various child care services.

KEYWORDS: Child; Sexual violence; Child Sexual Abuse; Nursing.

1 | INTRODUÇÃO

Configura-se como problema de pesquisa desse estudo a atuação da enfermeira frente à criança vítima de violência sexual. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, considera-se como criança o período que corresponde de zero aos doze anos de idade incompletos e adolescente dos doze aos dezoito anos completos, considerando a maior idade penal aos vinte um anos (BRASIL, 2014). Crianças e adolescentes não devem ser negligenciados, discriminados, sofrer quaisquer crueldade e opressão, exploração e violência, cabível ao causador de tais agravos punição legal à violação desses direitos (BRASIL, 2014). A criança tem seus direitos garantidos pelo Código Penal sob a Lei nº12.015/2009 especificando e ampliando a definição de crimes como o estupro, exploração sexual para quem cometa ou facilite o abuso sexual infantil (TRABBOLD et al. 2016).

Em um conceito ampliado, a Portaria n.º 737/GM 16 de maio de 2001, define que a violência resulta da ação ou omissão e condicionantes sociais e técnicos, realizados por grupos, indivíduos ou classes que causam danos físicos emocionais, morais e ou espirituais a outrem (MINISTERIO DA SAÚDE, 2001). A violência sexual poderá se apresentar ainda como atos de natureza não consensual, assédio, coerção, tráfico para exploração sexual e mutilação genital (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2003). A violência sexual contra crianças pode ser caracterizada pelo abuso de poder de um adulto para que este obtenha prazer com ou sem violência, de modo forçado ou induzido, podendo a criança não ter entendimento do ato ao qual está sendo submetida (BRASIL, 2012- CADERNO DE ATENÇÃO BÁSICA Nº33). Violência sexual pode ser tipificada quanto a natureza dos atos em Violência sexual doméstica ou intrafamiliar ou incestuosa, Violência sexual comunitária ou extrafamiliar, Violência sexual ou assédio sexual, Violência sexual com contato físico, Pedofilia, Exploração sexual, Pornografia, Turismo para fins sexuais, Tráfico para fins de exploração sexual. (BRASIL, 2012- CADERNO DE ATENÇÃO BÁSICA Nº33).

O Conselho Tutelar foi criado para cumprir as diretrizes estabelecidas na Constituição Brasileira, sob o artigo 227 (BRASIL, 1988). Apresenta-se como um órgão permanente e autônomo, sem poder de julgamento, encarregado pela sociedade de tomar

conta quanto ao cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, exercendo uma política de atendimento ao seu público alvo, cabendo-lhe ainda notificar ao Ministério Público fatos que constituam infração penal ou administrativa ocorridas com crianças e adolescentes, incluindo os casos de violência sexual (BRASIL, 2014).

A violência sexual é compreendida como uma situação complexa vivenciada por crianças, podendo ser acompanhada da culpa. É entendida como um trauma que deixa marcas profundas, causando, muitas vezes, isolamento, retraimento, medo e vergonha pela situação vivenciada. Estimular o fortalecimento da rede de atendimento à criança em seus três eixos que são: o enfrentamento a violência, a responsabilização e a proteção pode levar a uma melhor compreensão da situação vivenciada. Um trabalho terapêutico pode ser desenvolvido no sentido da reorganização da distorção na relação adulto/criança que provocou o trauma, facilitando a compreensão acerca da violência, possibilitando um melhor entendimento da criança de sua condição de vítima e não de desencadeante/causadora do ato, levando as vítimas a sentirem grande dificuldade de denunciar o abuso em decorrência do medo, das ameaças e da suspeita da veracidade dos fatos relatados para a família (ARPINI, SIQUEIRA, SAVEGNAGO, 2012).

A Secretaria dos Direitos Humanos, do Ministério da Saúde, Brasil, atua por meio de denúncias feitas ao Disque 100. Esta referiu que em 2015 a violência sexual apresentou-se como 21,3% das denúncias; 80.437 ligações foram acerca de casos de violência contra crianças e adolescentes, dessas 17 mil referiram-se a casos de violência sexual. Em 2016 a violência sexual contra crianças e adolescentes foi a quarta causa mais denunciada. Foram recebidas 7788 ligações com denúncias de violência sexual contra crianças. Este número configurou 18,35% das denúncias recebidas por este ramal. A população do sexo feminino corresponde a 68,12% das vítimas na faixa etária de 12 a 14 anos. Os agressores em 64,38% dos casos foram homens entre 25 e 30 anos. A violência ocorreu na casa da vítima em 39% dos casos e na casa do abusador 31,6%.

Verifica-se que a violência sexual é grave e difícil de ser identificada. A rede de enfrentamento para atendimento dos casos de violência sexual no Brasil ainda é insuficiente e precária, o que dificulta a eficácia dos atendimentos e o estabelecimento de medidas a serem tomadas (DESLANDES, CAMPOS, 2015). A Portaria nº 1.988/2001 que aborda a notificação de violência contra crianças e adolescentes refere que as entidades do Sistema Único de Saúde (SUS) devem realizar a notificação dos casos em formulário próprio, em duas vias, uma a ser encaminhada ao Conselho Tutelar e a outra anexada ao prontuário do paciente buscando a adoção de medidas que cessem a violência. (MINISTERIO DA SAÚDE 2001. PORTARIA Nº 1.968).

Nesse sentido, a qualificação da enfermeira que atende crianças vítimas de violência sexual é imprescindível para reconhecer os sinais que não sejam compatíveis com as lesões/história relatada e atender as vítimas. Para realizar um diagnóstico rápido e implementar um tratamento efetivo é importante que esta consiga perceber as subjetividades presentes em

cada caso concreto, dando maior atenção às questões psicológicas e fisiológicas no intuito de minimizar os efeitos da violência sofrida, principalmente as que não deixam marcas físicas evidentes (SARAIVA et al, 2012). A enfermeira deve atuar realizando o acolhimento da vítima e sua família, identificação da vítima e agressor, notificar os casos suspeitos ou confirmados, atuando na ideologia de proteção aos direitos da criança, desempenhando sua função de facilitador junto à comunidade, podendo desenvolver grupos de autoajuda, oficinas, palestras educativas para pais, a fim de incentivar e fortalecer vínculos saudáveis com seus filhos, no sentido de realizar a prevenção do fenômeno da violência, principalmente intrafamiliar. (SARAIVA et al, 2012).

A Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício profissional, em seu artigo 11, determina que o enfermeiro tem como uma de suas funções a educação com vistas a melhoria na condição de saúde da população (COFEN, 1986). Nesse sentido, é importante que haja o engajamento do profissional enfermeiro nos locais de (con) vivência das crianças e suas famílias, atuando em nível de educação em saúde com vistas a prevenção, identificação dos casos e atuação frente aos mesmos. Nesse contexto, a questão norteadora deste estudo foi: qual a atuação da enfermeira frente à criança vítima de violência sexual? A partir dessa, objetivou-se conhecer a produção científica acerca da atuação da enfermeira frente à criança vítima de violência sexual.

2 | METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa que tem por finalidade a sumarização de pesquisas já concluídas para obter novas conclusões a partir de um tema de interesse. A revisão integrativa é a forma mais ágil de se tomar conhecimento sobre a patologia e as devidas condutas (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Na operacionalização dessa revisão, utilizaram-se as seguintes etapas: definição do objetivo e dos descritores; delimitação dos critérios de inclusão das produções científicas; busca em base de dados; análise dos resumos e seleção das produções científicas; fichamento e caracterização dos artigos selecionados e análise dos dados. (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

O estudo foi embasado em artigos científicos de revistas especializadas acerca do tema. Foram captados artigos publicados entre os anos de 2011 até 2017. Os artigos captados foram indexados nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino – Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e SCOPUS. Todas as bases de dados localizadas na Biblioteca Virtual em Saúde, disponível no sistema BIREME.

O corpus de materiais para análise em uma revisão integrativa constituiu-se de artigos científicos que foram analisados de acordo com os seguintes critérios de inclusão: ser artigo científico; estar no idioma português, inglês e espanhol, ter, além do resumo, o

texto completo e apresentar nos resultados aspectos acerca da atuação da enfermagem frente à violência sexual contra crianças. Foram excluídos dissertações, teses, capítulos de livros e notícias de jornais.

Os artigos captados foram caracterizados e os resultados foram analisados pela técnica de análise temática, que consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência, possuam significado para o objetivo analítico visado (MINAYO, 2010). Esta técnica foi operacionalizada através de três etapas: a pré-análise em que se elaboraram as unidades de registro; a exploração do material em que os dados foram codificados, agrupados por semelhanças e diferenças e categorizados e a fase de tratamento dos resultados em que os dados foram discutidos à luz de alguns autores.

Considerando-se os aspectos éticos e legais, nesta revisão integrativa foi assegurada a autoria das publicações, sendo os autores citados em todos os momentos em que os artigos foram mencionados. O projeto, após qualificação, foi aprovado pelo Comitê Científico da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. O projeto de pesquisa não foi encaminhado ao Comitê de Ética, tendo em vista que os dados são de acesso livre.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A busca nas bases de dados foi realizada em dois momentos distintos. Inicialmente a seleção foi realizada em 25 de abril de 2017. Ao final da seleção inicial, com os critérios de inclusão definidos foram captados: na BDEF 22 e utilizou-se um, na LILACS 36 e utilizou-se um, na SCIELO 16, mas nenhum com texto completo. Na SCOPUS 177, mas após refino apenas um foi utilizado. Após a leitura dos resumos e artigos na íntegra apenas três artigos puderam ser utilizados no estudo.

Decidiu-se, então, acrescentar o descritor Abuso Sexual na Criança. Realizou-se nova busca em 19 de maio de 2017. Com este descritor na LILACS encontrou-se 25 artigos, mas apenas dois foram utilizados. Na BDEF 15, mas apenas um foi utilizado. Na SCIELO cinco artigos, mas apenas um foi utilizado. Na SCOPUS encontrou-se 110 artigos, mas apenas oito referiam-se à temática. Após retirarmos os repetidos da primeira busca apenas quatro artigos foram utilizados, computando um total de sete artigos.

3.1 Caracterização dos estudos encontrados

Nº	Base de dados	Ano	Objetivo	Tipo de pesquisa	Autores	Local do estudo	Periódico publicado
1	Lilacs	2011	Refletir sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, focalizando a atuação do enfermeiro à luz da sua prática profissional e da legislação brasileira	Estudo bibliográfico em que foram analisadas 31 publicações, abrangendo os anos de 2005 a 2008.	Lygia Maria Pereira da Silva, Maria das Graças de Carvalho Ferriani, Marta Angélica Iossi Silva.	Brasil	Revista Brasileira de Enfermagem REBEN
2	Lilacs	2014	Compreender a atuação do enfermeiro como integrante da equipe interdisciplinar no atendimento da criança com suspeita de abuso sexual	Investigação qualitativa com base na fenomenologia sociológica de Alfred Schütz.	Lia Leão Ciuffo; Benedita Maria Rêgo Deusdará Rodrigues; Florence Romijn Tocantins	Rio de Janeiro Brasil	Investigação e educação em enfermagem, Medellín
3	SCOPUS	2017	Apresentar o perfil epidemiológico da violência contra crianças e adolescentes atendidas em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)	Estudo descritivo e documental, de abordagem quantitativa	Priscila Arruda da Silva; Valéria Lerch Lunardi; Guilherme Lerch Lunardi; Ceres Braga Arejano; Andréa Stiff Ximenes; Juliane Portella Ribeiro	Rio Grande do Sul, Brasil	Revista Electrónica Trimestral de Enfermería.
4	SCOPUS	2017	Explorar a capacidade dos enfermeiros escolares para detectar e apoiar as crianças sexualmente abusadas.	Entrevistas secundária de grupos focais com enfermeiras escolares e análise temática.	Lisbet Engh Kraft, GullBritt Rahm, Ulla-Britt Eriksson.	Suécia, Europa	The Journal of School Nursing
5	SCOPUS	2015	O objetivo deste artigo é mostrar aos enfermeiros o seu papel de proteção da criança.	Descritivo de diferentes tipos de maus-tratos, os fatores de risco e identificação de fatores de risco as consequências potenciais.	Julie Taylor, Caroline Bradbury-Jones Reader.	Reino Unido, Europa	Nursing Standard

6	SCOPUS	2011	Descrever o nível de conhecimento dos profissionais de enfermagem em relação aos sintomas de abuso sexual infantil em crianças com deficiência cognitiva.	Coleta de dados através que questionário estruturado.	Cathy Koetting, Joyce. J. Fitzpatrick, Linda Lewin, Jill Kilanowski	Missouri, EUA	Journal of Forensic Nursing
7	SCOPUS	2014	Descrever as características da prática de profissionais em enfermagem avançada que cuidam de crianças maltratadas.	Desenho descritivo	Gail Hornor, Pamela Herendeen.	Estados Unidos	Journal of Pediatric Health Care.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos encontrados quanto à base de dados, ano de publicação, objetivo, tipo de estudo, autores, local de realização do estudo e periódico publicado.

Quanto ao ano de publicação dos artigos utilizados, seguindo uma ordem cronológica, dois foram publicados no ano de 2011, dois em 2014, um em 2015 e dois em 2017. Tinham por objetivo compreender a atuação do enfermeiro frente à criança com suspeita de abuso sexual; refletir sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, avaliando o papel do enfermeiro; evidenciar o perfil epidemiológico da violência sofrida por crianças e adolescentes; explorar a capacidade dos enfermeiros escolares na detecção e apoio das crianças abusadas sexualmente; mostrar aos enfermeiros seu papel de proteção à criança vítima de abuso sexual; descrever o conhecimento dos profissionais de enfermagem acerca dos sintomas de abuso sexual infantil em crianças com deficiência cognitiva; descrever características das práticas do profissional de enfermagem avançada no cuidado de crianças que foram abusadas sexualmente. Quanto ao tipo de pesquisa realizada encontraram-se estudos bibliográfico; investigação qualitativa; descritivo e documental de abordagem quantitativa; entrevistas secundárias de grupos focais. A análise temática originou como categoria:

3.2 Atuação da enfermeira frente à criança vítima de violência sexual

É necessário refletirmos sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, focalizando a atuação do enfermeiro à luz da sua prática profissional e da legislação brasileira. Tal fato requer o conhecimento da legislação para uma assistência efetiva às necessidades das vítimas. O enfermeiro deve estar apto a cuidar da criança com base nas leis que os protegem, sendo imperativo o envolvimento dos serviços de saúde, das entidades de classe e das universidades (SILVA, FERRIANI, SILVA, 2011).

A violência sexual envolve diversos aspectos, por isso a necessidade de uma equipe multiprofissional, onde a enfermeira atua como parte integrante de equipes inter

e multidisciplinares, normalmente fornecendo cuidados ao lado pediatras (HORNORO, HERENDEEN, 2014). A interdisciplinaridade constitui-se como uma possibilidade importante na assistência e atenção integral à criança com suspeita ou confirmação de abuso sexual. A interdisciplinaridade favorece o desenvolvimento de ações baseadas na aceitação, na escuta e no acordo entre os membros da equipe sobre as possíveis soluções no atendimento da criança com suspeita de abuso (CIUFFO, RODRIGUES, TOCANTINS, 2014). A atuação em equipe é importante para que a enfermeira não se sinta isolada no processo de tomada de decisão, tendo com quem compartilhar suas preocupações com outros profissionais, sentindo-se apoiada. Frente à violência sexual contra a criança a enfermeira atua junto com outros serviços e profissionais como o pediatra, o serviço social, profissionais da saúde mental, psicologia entre outros. (CIUFFO, RODRIGUES, TOCANTINS, 2014).

A enfermeira colabora com outros profissionais de saúde e práticas como um membro interdependente da equipe de cuidados de saúde para prestar cuidados pediátricos (HORNORO, HERENDEEN, 2014). Enfatiza-se como relevante a assistência à criança com suspeita de abuso sexual a interação entre diferentes categorias profissionais no atendimento à criança. Com este entendimento, encaminhar para o médico, para a assistente social e para a psicologia, expressam estratégias e caminhos institucionais a serem percorridos pela enfermeira no atendimento da criança (CIUFFO, RODRIGUES, TOCANTINS, 2014).

Uma das atuações da enfermeira frente à violência sexual de crianças é atuar realizando o registro das notificações dos casos. A obrigatoriedade da notificação é justificada não somente pelos danos causados à saúde da vítima e pelo aspecto criminal da violência, mas, sobretudo por se constituir um instrumento de proteção e defesa dos direitos das vítimas (SILVA, FERRIANI, SILVA, 2011). Destaca-se que a ação interdisciplinar da enfermeira implica, entre outros, notificar e acionar ao Conselho Tutelar (CIUFFO, RODRIGUES, TOCANTINS, 2014). Considerando-se todas as modalidades de violência se verifica um crescimento no número de notificações, mostrando uma maior conscientização dos profissionais acerca do seu papel. Observa-se que o abuso sexual ocupou o primeiro lugar nas notificações, seguido pela violência física. A violência psicológica, tão difícil de detectar, surgiu como terceira modalidade mais notificada. A realidade analisada permite inferir que o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes é significativo em nossa sociedade (SILVA, FERRIANI, SILVA, 2011). Nesse sentido, defende-se que a notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes constitui-se em uma manifestação de exercício de poder do denunciante, o que pode requerer coragem de enfrentamento e temor de represálias (SILVA et al., 2017).

A enfermeira assume papel de destaque na identificação e notificação da violência, seja por sua maior permanência nos ambientes de cuidado, nas instituições de saúde, seja por sua maior aproximação com as vítimas e agressores desde sua inserção

nesses ambientes institucionais (SILVA, FERRIANI, SILVA, 2011). Mas é necessário criar mecanismos e estratégias para poder notificar e saber trabalhar com realidades de um hospital, uma unidade de Saúde da Família ou de uma unidade básica (CIUFFO, RODRIGUES, TOCANTINS, 2014).

Conhecer e compreender o comportamento típico da criança ajudará os profissionais enfermeiros a determinar sintomas comportamentais preocupantes que podem ser indicativos de abuso sexual. Em caso de suspeita de abuso as enfermeiras têm o mandato de relatar essa preocupação imediatamente a aplicação da lei e a agência local de proteção da criança. A agência atribuirá um trabalhador social e oficial de investigação para o caso. Estes indivíduos irão ajudar na avaliação do caso se abuso sexual infantil e darão encaminhamento ao processo (KOETTING et al.; 2012).

A maioria dos agressores é do sexo masculino, com idades entre 20 e 40. Quanto à escolaridade, apresentam diferentes graus de instrução, destacando-se que 22% dos agressores, cujo dado referente à escolaridade foi identificado, cursaram o ensino fundamental incompleto ou completo, caracterizando o predomínio de baixa escolaridade. No entanto, encontram-se agressores que atingiram o nível superior. Quanto a relação da vítima com o agressor, na maioria das notificações o pai ou o padrasto são os agressores. Cabe destacar que, além desses, em 24,2% dos casos, os autores são parentes próximos das vítimas (irmãos, avós, tios, cunhados) (SILVA, FERRIANI, SILVA, 2011). Como indicativos para a prática de Enfermagem, os achados aportam subsídios que podem contribuir para a elaboração de estratégias de intervenção e de controle desse agravo, com vistas a evitar que novos casos de violência aconteçam ou mesmo que continuem sendo perpetrados em um círculo vicioso de impunidade e injustiça contra as crianças. Pode, ainda, oferecer informações para a avaliação da situação local, subsidiando a identificação de problemas, a proposição de soluções e a tomada de decisões como, por exemplo, a criação de políticas públicas de saúde direcionadas para o perfil pesquisado (SILVA, FERRIANI, SILVA, 2011; SILVA et al., 2017).

A proteção das crianças não é apenas de competência de um certo grupo de enfermeiras. É importante que todas as enfermeiras estejam cientes do seu papel frente às vítimas e precisam reconhecer e atuar nos casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos infantis, assumindo o papel crucial no seu cuidado (HORNORO, HERENDEEN, 2014). O abuso sexual infantil configura-se em um fenômeno complexo que deve ser investigado em profundidade e examinado com muita cautela (CIUFFO, RODRIGUES, TOCANTINS, 2014).

Um estudo sueco acerca da atuação de enfermeiras escolares frente à criança vítima de violência sexual mostrou que para que a criança abusada receba apoio adequado há a necessidade de ser assistida por uma pessoa disponível e preparada para ouvir, pois a divulgação do fato é uma condição prévia e dependente. Assim, é preciso explorar a capacidade das enfermeiras escolares, pois a escola é um dos principais ambientes

para detectar e apoiar as crianças sexualmente abusadas (KRAFT, RAHM, ERIKSSON, 2017). Um terço dos hospitais infantis e centros de defesa da criança responderam afirmativamente a respeito da atuação do profissional de enfermagem especializado no atendimento a crianças vítimas em suas organizações e identificaram esse profissional em uma posição de liderança como o mais adequado para completar o Inquérito acerca do ato de violência. (HORNORO, HERENDEEN, 2014).

Os profissionais de enfermagem que atuam frente ao abuso infantil não somente fornecem cuidados clínicos, mas também estão envolvidas na educação, pesquisa e publicação de trabalhos acerca desta temática (HORNORO, HERENDEEN, 2014). As enfermeiras atuam na detecção do abuso sexual à criança e apoiam crianças abusadas, dando especial atenção aos problemas físicos e mentais que podem acometer essas crianças (KRAFT, RAHM, ERIKSSON, 2017). As ações devem ser pautadas no acolhimento, escuta e pactuação de possíveis soluções na assistência à criança com suspeita de abuso sexual (CIUFFO, RODRIGUES, TOCANTINS, 2014). Nos serviços, a triagem é importante e geralmente é feita pela enfermeira e deve ser conduzida sem a presença dos pais para que a criança possa revelar se foi abusada por um deles (CIUFFO, RODRIGUES, TOCANTINS, 2014; KRAFT, RAHM, ERIKSSON, 2017). Estudo mostrou que a habilidade para conduzir o inquérito de saúde sobre quem abusou da criança abre caminho para a divulgação e para a proteção da mesma. Além da importância de construir uma relação de confiança, deve haver um processo de seleção onde a criança possa escolher o tempo, o lugar e a pessoa a quem divulgará a sua situação. É crucial que esta pessoa tenha tempo para ouvir, acredite na história da criança, e reaja de forma solidária para evitar atrasar ou mesmo impedir o processo de divulgação (KRAFT, RAHM, ERIKSSON, 2017). O conhecimento do perfil das vítimas é importante, pois essas devem principalmente ser o foco das ações de prevenção. O abuso sexual à criança é uma área em que os enfermeiros escolares precisam estar atentos com o objetivo de identificar os casos, parar o abuso e atender a criança, fornecendo-lhe apoio. Atenção ao abuso sexual como uma possível causa de comprometimento da saúde física e mental requer conhecimento e colaboração.

Muitas vezes, esse tipo de violência não deixa marcas visíveis, dificultando a assistência por parte dos profissionais que realizam o atendimento à criança, incluindo a enfermeira. Um dos pontos mais críticos dessa questão, tão alarmante em nossa sociedade, é que, muitas vezes, a criança se torna vítima dessa agressão por um longo período, marcando de forma indelével a sua saúde mental e social (CIUFFO, RODRIGUES, TOCANTINS, 2014).

Uma forma de abordagem preventiva é a educação sexual obrigatória em que a enfermeira escolar geralmente participa. É necessária uma investigação mais aprofundada sobre o valor das ações dos profissionais na perspectiva das crianças vítimas de abuso, aumentando o conhecimento das crianças e famílias para a prevenção do abuso sexual da criança (KRAFT, RAHM, ERIKSSON, 2017).

Crianças muito novas ou com dificuldades de comunicação dependem ainda mais dos outros para reconhecer que algo está errado. É importante entender que um grande número de maus-tratos nunca é revelado. A enfermeira, entretanto, pode ser a pessoa que a reconhece, podendo criar um ambiente seguro, de não julgamento, retratando uma atitude de cuidado profissional em que uma criança se sinta segura em dizer a alguém, direta ou indiretamente, que está sendo abusada (TAYLOR, READER, 2015). Crianças com deficiência intelectual têm um risco aumentado para o abuso sexual. Essas podem apresentar uma história de aumento do comportamento auto prejudicial, verbalizações de comentários sexuais inadequados e apresentações novas e aleatórias de comportamento sexualizado (KOETTING et al.; 2012).

Enfermeiras, além da realização do exame físico completo da criança com ênfase na genitália devem estar atentos para a ocorrência de infecção urinária de repetição na criança e para a ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis como Gonorreia, Clamídia, Sífilis, Herpes Genital, Trichomonas, HIV, HPV em crianças saudáveis como sugestivo de abuso sexual e relatável para serviço de proteção à criança (KOETTING et al.; 2012). Como parte da prática clínica diária, as profissionais enfermeiras devem realizar o rastreio de rotina nos casos de violência sexual examinando todas as estruturas anatômicas durante o exame físico de rotina (KOETTING et al.; 2012). A maioria dos profissionais de enfermagem frequentemente realizam atividades gerais e de práticas como avaliação e diagnóstico de pacientes, desenvolvimento de planos de tratamento e imunizações (HORNORO, HERENDEEN, 2014).

O testemunho do caso é uma parte importante da prestação de cuidados a crianças abusadas/ negligenciadas, e as enfermeiras podem testemunhar em juízo como peritas em casos envolvendo abuso sexual infantil. Outra atuação da enfermeira frente ao cuidado à criança diz respeito à pesquisa e à publicação acerca da prática de profissionais de enfermagem frente ao abuso sexual de crianças (HORNORO, HERENDEEN, 2014).

Compete à enfermeira, também, a assistência apropriada à família da criança vítima de violência sexual (SILVA, FERRIANI, SILVA, 2011; CIUFFO, RODRIGUES, TOCANTINS, 2014). As ações para abordagem da família apresentam-se na forma de orientação aos pais sobre os direitos da criança crescer sem violência e os efeitos da mesma para a saúde da vítima, buscando adesão ao tratamento dos agravos resultantes da violência e esclarecendo sobre os deveres dos adultos responsáveis em relação à segurança e ao bem-estar das crianças (SILVA, FERRIANI, SILVA, 2011). A violência intrafamiliar é um problema complexo, uma vez que os agressores não são pessoas desconhecidas, mas adultos, pais, mães, membros de famílias que mantêm relações próximas com as crianças. O enfrentamento do problema da violência é, também, complexo, requerendo medidas protetivas imediatas (SILVA, FERRIANI, SILVA, 2011).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou conhecer a produção científica acerca da atuação da enfermeira frente à criança vítima de violência sexual, uma vez que é necessário focalizar a atuação do enfermeiro à luz da sua prática profissional e da legislação brasileira. Os dados nos possibilitaram concluir que a violência sexual contra a criança é um fenômeno complexo presente em nossa sociedade. A enfermeira possui papel fundamental na detecção dos casos suspeitos e confirmados, sendo capaz de atuar junto à vítima e à família com o auxílio da equipe multiprofissional. Precisa conhecer a legislação vigente de proteção à criança, participar da elaboração de políticas públicas específicas e na elaboração de protocolos assistenciais de atuação profissional nos vários serviços de cuidado à criança.

REFERÊNCIAS

ARPINI, D. M. et al. Trauma psíquico e abuso sexual: o olhar de meninas em situação de vulnerabilidade **Psicologia: Teoria e Prática**. v. 14, n. 2, p. 88-101. Universidade Presbiteriana Mackenzie São Paulo, Brasil, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria MS/GM n. 1.968, de 25 de outubro de 2001**. Dispõe sobre a notificação, às autoridades competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes atendidos nas entidades do Sistema Único de Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 2001.

BRASIL 2014. **Estatuto Da Criança e do adolescente**. 12ª ed. <<http://www.cipave.rs.gov.br/upload/arquivos/201611/01142629-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente.pdf>>

BRASIL. Cadernos de Atenção Básica nº33. **Saúde da Criança: Crescimento e desenvolvimento**. Ministério da Saúde, 2012.

CIUFFO, L. L; RODRIGUES, R. D. B. M; TOCANTINS, R. F. Interdisciplinary action of nurses to children with suspected sexual abuse. **Invest. educ. enferm**, Medellín. v. 32, n. 1, p. 113-118, 2014.

DESLANDES, S. F; CAMPOS, D. S. A ótica dos conselheiros tutelares sobre a ação da rede para a garantia da proteção integral a crianças e adolescentes em situação de violência sexual. **Ciênc. saúde coletiva**. v. 20, n. 7, p. 2173-2182, 2015.

HORNORO, G; HERENDEEN, P. Advanced Practice Nursing in Child. **Journal of Pediatric Health Care**. v 28. n 5. p 438-443. 2014

KRAFT, L. E; RAHM,G; ERIKSSON, U-B. School nurses avoid addressing child sexual abuse. **The Journal of School Nursing**. v32. n2. p133 -142. 2017.

KOETTING, C.; et al. Nurse practitioner knowledge of child sexual abuse in children with cognitive disabilities. **Journal of Forensic Nursing**. v 8. n 2. p 72-80. Jun, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

SILVA, L. M. P; FERRIANI, M. G. C; SILVA, M. A. I. Atuação da enfermagem frente à violência sexual contra crianças e adolescentes. **Rev. bras. Enferm.** Brasília. v. 64, n. 5, p. 919-924. Out. 2011.

SILVA.; et al. Violência contra crianças e adolescentes: características dos casos notificados em um Centro de Referência do Sul do Brasil. **Revista Electrónica Trimestral de Enfermería**, n 46, p. 419-431, 2017.

TAYLOR, J; READER, B-J. C. R. Child maltreatment: every nurse's business. **Nursing Standard**. v29. n 29. p 53-58, 2015.

TRABBOLD, V. L. M.; et al. Concepções sobre adolescentes em situação de violência sexual. **Psicol. Soc.**, v. 28, n. 1, p. 74-83, 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Absenteísmo 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 105

Abuso sexual da criança 10

Adolescente 2, 3, 12, 14, 15, 225

Apoio psicossocial 63

Autocuidado 74, 84, 95, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 213, 221, 222

B

Bournout 36

C

Comportamento 9, 11, 31, 34, 74, 76, 78, 79, 80, 82, 83, 87, 106, 138, 153, 213, 217, 221, 224

D

Doação de sangue 34, 180

E

Educação em enfermagem 6, 109

Educação superior 122, 211

Enfermagem 1, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 116, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 156, 158, 159, 180, 181, 182, 183, 191, 194, 196, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 225

Enfermagem em saúde comunitária 124

Enfermagem em saúde pública 124

Enfermagem forense 206, 209

Enfermeiras obstétricas 109, 111, 114

Epidemiologia 73, 191, 194, 195

Equipe de enfermagem 23, 24, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 56, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 104, 105, 106, 135, 143, 209, 225

G

Gestão 15, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 74, 89, 90, 94, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 128, 137, 141, 190, 225

Ginecologia 194, 195, 196, 197, 200

H

HIV 11, 79, 80, 86, 153, 154, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 204, 218, 222, 224

I

Idoso 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60

Infecções sexualmente transmissíveis 11, 74, 75, 76, 78, 79, 86, 210, 211, 212, 213, 218, 222, 224

L

Letramento em saúde 181, 182, 183, 184, 186, 187, 189, 190, 191

Liderança 10, 53, 58, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

P

Percepção social 195

Perfil epidemiológico 6, 7, 127

Prevenção 4, 10, 15, 21, 23, 31, 33, 39, 59, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 86, 87, 95, 127, 129, 131, 138, 152, 153, 155, 161, 162, 163, 165, 190, 210, 212, 213, 217, 219, 220, 221, 222

Professores 45, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122

Profissionais do sexo 35, 74, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 188

Promoção da saúde 23, 33, 56, 60, 95, 127, 128, 129, 148, 152, 162

S

Saúde da mulher 84, 86, 110, 111, 112, 114, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 195

Saúde do trabalhador 28, 40

Saúde mental 8, 10, 63, 70, 71, 72, 100, 103, 104, 105, 107, 129, 183, 190, 191

Saúde pública 15, 21, 30, 41, 54, 55, 57, 75, 76, 85, 113, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 161, 162, 163, 166, 180, 182, 183, 192, 203, 204, 211, 224, 225

Sexualidade 84, 86, 152, 154, 155, 163, 210, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223


T

Trabalho 3, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 55, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 92, 93, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 114, 116, 117, 118, 120, 121, 125, 128, 129, 132, 133, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 146, 152, 158, 188, 195, 206

POLÍTICAS E PRÁTICAS

EM SAÚDE E ENFERMAGEM

2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

POLÍTICAS E PRÁTICAS

EM SAÚDE E ENFERMAGEM

2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br